

DIPLOMACIA PARA ADULTOS

O arranjo político de relações internacionais baseados em acordos burocráticos multilaterais, reuniões da ONU, regulamentações coletivas e pautas previsíveis para as grandes corporações está desmoronando.

O mundo não é mais esse grande balcão de vendas, em que a diplomacia não passava de nações implementando processos burocráticos para ingressar em algum tratado multilateral.

O alto funcionalismo de política externa não passava (quicá ainda não passe) de uma casta posada de despachantes de luxo, que apenas se inteiravam sobre as novas tendências regulatórias, de compliance e direito internacional reduzido às conferências da ONU e multilateralismo subserviente. Igualmente os agentes de mercado, que não precisam lidar com as nuances de uma política internacional sob tensão — tensão típica do político, mas que na ordem baseada em regras essa tensão foi burocratizada por tratados, normas e processos — em que os Estados podiam sancionar, se indispor e romper relações por motivações políticas e não seguindo protocolos e processos multilaterais.

Mas agora que EUA e China estão politizando suas relações e tensionando e até distensionando as relações entre Estados, empresas e governos, como os órgãos de Estado e governo vão conduzir sua diplomacia? Como podem os meninos mimados da ordem baseada em regras analisar e compreender uma diplomacia feita por adultos buscando interesses de Estado?

A resposta institucional a essa nova realidade ficou evidente na recente audiência da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional (CREDEN) — tanto quanto a castração intelectual dos operadores da diplomacia brasileira. O espanto demonstrado por Celso Amorim diante da indicação unilateral e apressada de um embaixador americano, somado à queixa sobre a exaltação da Doutrina Monroe, ilustra a dificuldade de analisar e compreender as mudanças que se passam no mundo para os operadores brasileiros de política externa do atual governo.

Enquanto a cúpula diplomática se prende aos ritos, a economia real caminha para um estrangulamento que foge ao controle das empresas. O acirramento do conflito entre Estados Unidos e China criou um labirinto jurisdicional sem qualquer saída privada para o setor produtivo. Uma transportadora, um banco ou qualquer outra parte de uma cadeia de produção ou exportação que opere com uma entidade chinesa sancionada pelos EUA descobre-se espremida entre duas forças implacáveis. Se interromper a operação para obedecer a Washington, enfrentará processos judiciais, multas e perdas severas na China, onde simples cláusulas contratuais de suspensão não oferecem proteção contra as leis de bloqueio de Pequim. Caso decida manter o negócio, arrisca sofrer sanções secundárias e ser expulsa do sistema financeiro ocidental pelo Tesouro americano, que controla o sistema SWIFT.

Impasses extraterritoriais dessa magnitude não são solucionados por departamentos jurídicos ou cartilhas de compliance. Na nova ordem internacional que está sendo construída, exigem negociação política de Estado para Estado. Os agentes econômicos brasileiros escolherão um governo que reposicionará o Brasil internacionalmente, ou naufragarão abraçados a supostos progressistas que não compreendem nem aceitam o novo momento geopolítico do mundo?

Espera-se que o empresariado escale os adultos para tratar de assuntos de adultos.

- **O colapso da ordem multilateralista e a ressurgência da disputa entre superpotências** expõem a inaptidão da diplomacia brasileira, que reduz movimentos estratégicos de poder a meras falhas de etiqueta.
- **A rivalidade entre Estados Unidos e China** impõe ao setor produtivo um estrangulamento jurisdicional e financeiro que não pode ser resolvido por simples cartilhas de compliance corporativo.
- **A preservação dos interesses econômicos nacionais no novo cenário geopolítico** exige a superação da passividade burocrática e o resgate da negociação política direta de Estado para Estado.

